



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
CURSO DE MEDICINA

LUCAS MIZAEI CÂMARA FERREIRA

**AUTOMEDICAÇÃO NA PANDEMIA DE COVID-19.**

MOSSORÓ-RN

2022

LUCAS MIZAEL CÂMARA FERREIRA

**AUTOMEDICAÇÃO NA PANDEMIA DE COVID-19.**

Artigo apresentado à Universidade Federal Rural  
do Semi-Árido como requisito para obtenção do  
título de Bacharel em Medicina.

Orientador: José Rodrigues Paiva Neto.

MOSSORÓ-RN

2022

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

MF383 Mizaél Câmara Ferreira , Lucas.  
Automedicação na Pandemia de Covid-19 / Lucas  
Mizaél Câmara Ferreira . - 2022.  
27 f. : il.

Orientador: José Rodrigues Paiva Neto .  
Monografia (graduação) - Universidade Federal  
Rural do Semi-árido, Curso de Medicina, 2022.

1. Automedicação. 2. COVID-19. 3. Medicamentos.  
4. Uso de Medicamento. I. Rodrigues Paiva Neto ,  
José, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade  
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência

Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva

CRB: 15/120O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

LUCAS MIZAEAL CÂMARA FERREIRA

**AUTOMEDICAÇÃO NA PANDEMIA DE COVID-19.**

Artigo apresentado à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Medicina.

Defendido em: 22 / junho / 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 JOSE RODRIGUES PAIVA NETO  
Data: 13/12/2023 22:26:56-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

José Rodrigues Paiva Neto, Prof. Esp. (UFERSA)

Presidente

PATRICIA ANTONIETA CAMACHO  
Assinado de forma digital  
PATRICIA ANTONIETA CAMACHO  
Dados: 2023.12.14 13:54:49

---

Patrícia Antonieta Camacho Aramayo, Prof. Ma. (UFERSA)

Membro Examinador

Carlos Menandro de Lima Firmino  
Assinado de forma digital por Carlos Menandro de Lima Firmino  
Dados: 2023.12.14 11:36:05 -03'00'

---

Carlos Menandro de Lima Firmino, Prof. Esp. (UFERSA)

Membro Examinador

## RESUMO

O consumo de medicamentos é considerado um dos grandes desafios em torno da saúde pública mundial, uma vez que a automedicação pode acarretar sérias consequências para os indivíduos, considerando a relação direta nos casos de intoxicação medicamentosa, que pode levar ao óbito. Indubitavelmente, a intoxicação medicamentosa atinge um grande número de pessoas em decorrência de práticas como a automedicação, que pode ser definida como a prática de consumir medicamentos por vias próprias, partindo da escolha individual sobre qual medicamento será utilizado, sendo uma prática recorrente nos mais diferentes segmentos sociais. Em doenças de baixa gravidade, torna-se um meio rápido e prático de atenuação. Com a recente pandemia de Covid-19, associou-se a correlação entre a automedicação com os casos de intoxicação medicamentosa, demonstrando-se a relevância do cenário apresentado, demandando a atuação de autoridades sanitárias globais. O presente artigo objetivou abordar a influência da automedicação na pandemia de Covid-19 e as implicações diretas na intoxicação medicamentosa em adultos, crianças e idosos. A produção foi realizada por meio de uma revisão de literatura nas bases de dados ScieELO, MEDLINE e LILACS com descritores em português e em inglês. Os resultados evidenciaram a importância da farmacovigilância, visando o uso racional de medicamentos e a prevenção de agravos, considerando que crianças, adolescentes, adultos jovens e idosos se configuram como os grupos etários com maiores complicações em decorrência da intoxicação medicamentosa, demonstrando a relevância da questão. Ademais, a mobilização contra os efeitos nocivos do consumo inadvertido de medicamentos deve ser uma pauta de preocupação por parte de toda a sociedade e de órgãos governamentais, como o Ministério da Saúde.

**Palavras-chave:** Automedicação; COVID-19; Medicamentos; Uso de Medicamento.

## ABSTRACT

The consumption of medicines is considered one of the two great challenges around global public health, once self-medication can have serious consequences for individuals, considering a direct relationship in cases of drug intoxication, which can lead to death. Undoubtedly, drug intoxication reaches a large number of people according to practices such as self-medication, which can be defined as the practice of consuming medications by their own means, starting from the individual choice of which medication will be used, being a recurring practice in the most different ways. social segments. In low-gravity tasks, it becomes a fast and practical method of attenuation. With the recent Covid-19 pandemic, there is an association between self-medication and cases of drug intoxication, demonstrating the relevance of the presented scenario, demanding the action of global health authorities. This article aims to address the influence of self-medication in the Covid-19 pandemic and the direct implications of drug intoxication in adults, children and the elderly. The production was carried out through a literature review in the ScieELO, MEDLINE and LILACS databases with descriptions in Portuguese and English. The results will show the importance of pharmacovigilance, aiming at the rational use of medicines and the prevention of aggravations, considering that children, adolescents, young adults and the elderly are configured as the age groups with the greatest complications in the course of drug intoxication, demonstrating the relevance of this question. In addition, the mobilization against the harmful effects of inadvertent drug use should be a matter of concern for all societies and government agencies, such as the Ministry of Health.

**Keywords:** COVID-19. Self medication; Medicines; Use of medicines.

## **LISTAS DE FIGURAS**

|                                                                         |    |
|-------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 – Rémedio mais consumidos em decorrência da automedicação..... | 12 |
|-------------------------------------------------------------------------|----|

## SUMÁRIO

|                                                                  |           |
|------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                        | <b>8</b>  |
| <b>2 MÉTODO .....</b>                                            | <b>10</b> |
| <b>3 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>                               | <b>11</b> |
| 3.1 AUTOMEDICAÇÃO .....                                          | 11        |
| 3.2 INTOXICAÇÃO MEDICAMENTOSA E SUAS CONSEQUÊNCIAS .....         | 12        |
| 3.2.1 Intoxicação medicamentosa em crianças e adolescentes ..... | 13        |
| 3.2.2 Intoxicação medicamentosa em adultos jovens .....          | 13        |
| 3.2.3 Intoxicação medicamentosa em idosos .....                  | 15        |
| 3.3 COVID-19.....                                                | 16        |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                               | <b>22</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                         | <b>24</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O coronavírus ou Covid-19 é uma doença infecciosa causada por um tipo de coronavírus descoberto há pouco tempo, no qual a maioria dos indivíduos apresentam sintomas leves a moderados, com recuperação que não demanda qualquer tipo de tratamento especial (VELAVAN, MEYER, 2020).

Nesse sentido, evidencia-se a realidade global acerca de uma pandemia em plena erada globalização tecnológica, corroborando com uma infinidade de meios de comunicação que enfatizam os efeitos nocivos da Covid-19. No cenário cotidiano, é possível perceber o impacto direto dos recursos tecnológicos em diferentes contextos (CIOTTI et al., 2020).

Em decorrência das notícias falsas envolvendo a eficácia de um suposto remédio no Irã, principalmente pela rápida disseminação nas redes sociais, o medo da Covid-19 combinou-se com a desinformação e a desconfiança, possibilitando que milhares de indivíduos fossem internados com intoxicação por metanol, como efeito da ingestão do produto, uma vez que as *fakenews* apontavam que a ingestão de metanol fosse eficaz sobre o vírus (VASCONCELLOS-SILVA, CASTIEL, 2020).

Assim, as *fakenews* influenciam diretamente no crescimento do movimento antivacinas, uma vez que os indivíduos são influenciados por notícias falsas que parecem verídicas, sustentando-se assim inverdades sem quaisquer meios que viabilizem sua comprovação científica, isto é, constituem-se como uma ameaça à saúde pública (MATOS, 2020).

É importante salientar que o movimento antivacinas é amparado especialmente pelo negacionismo científico, sobretudo por fatos históricos irrefutáveis. Nesse sentido, Ana Paula Massadar Morel (2021) destaca o negacionismo presente na sociedade brasileira:

Há o negacionismo científico, que tem como principais expoentes atualmente o movimento antivacina e o terraplanismo. Há o negacionismo climático, ancorado na negação do colapso ecológico em curso. Observamos também um crescente negacionismo histórico, baseado na negação de acontecimentos históricos amplamente conhecidos, como a ditadura militar no Brasil e o holocausto. Poderíamos acrescentar ainda outro negacionismo bastante presente na realidade brasileira, até mesmo constituinte do projeto de Estado-Nação no Brasil: o negacionismo do racismo, ancorado no mito da democracia racial.

Logo, o movimento antivacinas é incentivado por ideologias que são contrárias ao

desenvolvimento científico em curso desde os primórdios da humanidade. Para Kenneth Rochel de Camargo Jr (2020), conforme evidencia a Organização Mundial da Saúde (OMS), a recusa ou relutância contra a vacinação, mesmo na possibilidade da mesma ser realizada, é uma das dez maiores problemáticas que envolvem a saúde global. Nesse sentido, existem evidências de que a expansão de tais movimentos é acompanhado de surtos de doenças imunopreveníveis em regiões que já estavam isentas de tais patologias.

Ante ao cenário da pandemia de Covid-19, na sociedade tecnológica e a possibilidade de disseminação de notícias falsas com uma velocidade alarmante, destaca-se um cenário desafiador de uma problemática de saúde pública persistente: a automedicação e seus efeitos deletérios, corroborando com a acentuação dos casos de intoxicação medicamentosa. Com o suporte de movimentos contrários à vacinação e a falta de embasamento científico, a automedicação obteve espaço visando-se a resolução rápida e fácil em um mundo cercado por ideologias que contrariam as autoridades sanitárias globais.

Logo, o objetivo do estudo é abordar a influência da automedicação na pandemia de Covid-19 e as implicações diretas na intoxicação medicamentosa em adultos, crianças e idosos.

## 2 MÉTODO

Refere-se a uma revisão integrativa da literatura, sendo um método que possibilita a construção de conhecimento e a inclusão da aplicabilidade de resultados de estudos relevantes no campo prático (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2009).

Para produzir uma revisão integrativa, é importante seguir seis processos de elaboração, sendo eles: 1 - elaboração da pergunta norteadora; 2 - busca ou amostragem na literatura; 3 - coleta de dados; 4 - análise crítica dos estudos incluídos; 5 - discussão dos resultados; 6- apresentação da revisão integrativa (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2009).

A questão norteadora da revisão integrativa consistiu no seguinte apontamento: a pandemia de Covid-19 agravou a questão da automedicação?

Para elaborar o corpus da pesquisa, utilizou-se consultas a bases de dados científicos na internet: Scientific Electronic Library Online (SciELO), MEDLINE e LILACS. Por sua vez, foram utilizados os descritores dos Descritores em Ciências da Saúde: Automedicação; COVID-19; Medicamentos; Uso de Medicamentos.

Para formar a amostra, foram utilizados como critérios de inclusão: artigos disponíveis e completos; artigos com assunto principal: automedicação na pandemia de Covid-19; artigos nacionais com publicação no idioma português e inglês, bem como manuais e cartilhas publicados pelo Ministério da Saúde.

Para desenvolver a amostra, foram destacados como critérios de exclusão; artigos que se opuseram com a temática de acordo com a leitura dos seus resumos; artigos com resumo não disponíveis; publicações que se repitam nas bases de dados; teses e monografias; e artigos que não se aplicam a área de estudo.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 AUTOMEDICAÇÃO

Em termos gerais, a automedicação pode ocorrer como efeito de algum sistema doloroso e/ou patológico que acomete o indivíduo, que sem o devido suporte profissional, opta pelo tratamento por vias próprias, embora a população leiga seja devidamente orientada acerca da importância da prescrição e orientação quanto ao uso seguro de medicamentos (AQUINO, BARROS, SILVA. 2010).

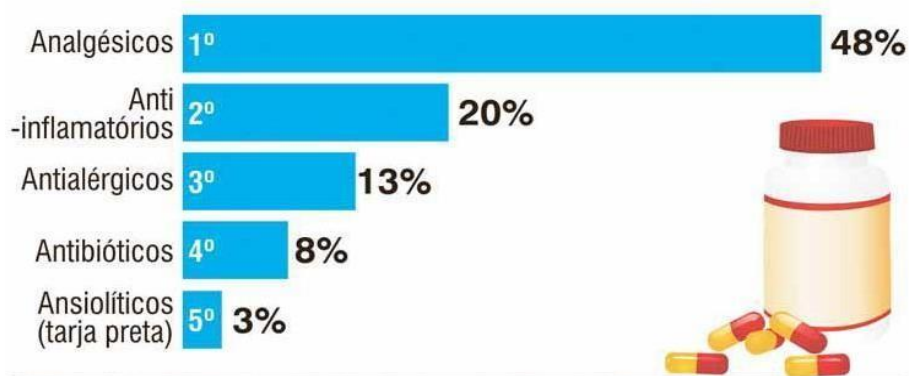
Em todo o mundo, o consumo indiscriminado de medicamentos é uma das principais adversidades que os setores de saúde enfrentam. Além dos prejuízos para a saúde humana, são gerados enormes problemas financeiros. Cabe salientar que os indivíduos podem obter medicamentos visando solucionar determinadas condições clínicas que podem aumentar ainda mais a gravidade do caso, resultando no gasto considerável com despesas médicas no futuro (CELLA, ALMEIDA, 2012).

A automedicação ocupa cerca de 35% do consumo dos medicamentos. A porcentagem elevada é justificada em razão da facilidade em adquirir medicamentos, vendidos com facilidade sem prescrição médica, principalmente em um país de dimensões continentais, como no caso do Brasil (SANTOS, FREITAS, EDUARDO, 2015).

Entre as classes terapêuticas mais utilizadas na automedicação estão: analgésicos, antipiréticos e anti-inflamatórios; medicamento para o trato gastrointestinal; suplementos minerais e vitamínicos; cardiovasculares; antialérgicos; alopáticos; remédios caseiros e plantas medicinais; fitoterápicos. Mediante a utilização dos mesmos, pode ocorrer um aumento no número de diagnósticos de patologias, acentuando o desenvolvimento de reações alérgicas ou mesmo de efeitos indesejáveis, de forma que sintomas como hipotensão postural, sedação, confusão mental, tontura, arritmias cardíacas, quedas, convulsões e em diversos casos, o óbito (SECOLI, 2010), conforme exemplificado na Figura 1:

Figura 1 - Remédios mais consumidos em decorrência da automedicação.

### Remédios mais consumidos na automedicação



Fonte: Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação para o Mercado Farmacêutico (ICTQ)

Fonte: Ribeiro (2019).

### 3.2 INTOXICAÇÃO MEDICAMENTOSA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A intoxicação pode ser de fato definida como uma manifestação clínica do efeito nefasto desencadeado pela interação de um determinado agente tóxico com o organismo. Para esse efeito, denomina-se de toxicidade, variando conforme a concentração, propriedades físico-químicas, via de administração, tempo e frequência de exposição, além das variações de organismo pra organismo (OLIVEIRA et al., 2010).

A intoxicação medicamentosa decorrente da automedicação configura-se como um problema de saúde pública na sociedade brasileira, acometendo indivíduos de todas as idades, entre eles crianças e adolescentes e idosos, majoritariamente, especialmente por questões como o desconhecimento do perigo das medicações ingeridas sem qualquer controle, vício em medicamentos e até mesmo tentativas suicidas (BONFILIO et al., 2010).

Nesse sentido, os tópicos a seguir foram estabelecidos como fundamentais na presente produção, tendo em vista a importância do controle da automedicação envolvendo crianças e idosos, conforme destacam os autores citados, fazendo a correlação direta com a intoxicação medicamentosa. Segundo Procó et al., (2013), a fragilidade e vulnerabilidade aumentam os riscos da automedicação na população idosa, fato que se assemelha ao que Lima e Naves (2014) indicam, isto é, crianças e adolescentes também enfrentam as mesmas

problemáticas.

### 3.2.1 Intoxicação medicamentosa em crianças e adolescentes

É cada vez maior o número de crianças e adolescentes em todo o mundo atingidos pela intoxicação medicamentosa, considerando o avanço das inovações tecnológicas alavancadas por meio da indústria farmacêutica, que favorece significativamente o consumo de medicamentos. Países desenvolvidos e em desenvolvimento sofrem com o aumento da intoxicação, representando, portanto, um problema de saúde pública global (NETO et al., 2009).

Conforme informações do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), a causa principal dos casos de intoxicação são provenientes de medicações, incluindo as crianças e adolescentes entre 0 a 15 anos. Em comparação aos casos de intoxicação entre adultos, a suscetibilidade difere entre ambos, uma vez que depende diretamente da combinação de toxicocinética e toxicodinâmica, além de fatores de exposição (WITTER et al., 2016).

Cabe salientar que a criança é um indivíduo fisicamente mais fragilizado, necessitando de alguns cuidados especiais, como a observação constante, armazenamento de substâncias que possam representar algum risco à saúde em lugares de acesso dificultado, enquanto por parte das autoridades competentes, devem ser adotadas medidas como a adoção e cumprimento de normas acerca da utilização de embalagens especiais, visando a proteção à criança (MOREIRA et al., 2010).

### 3.2.2 Intoxicação medicamentosa em adultos jovens

Considerando o público formado por adultos jovens, é válido salientar que a literatura De acordo com Souto et al. (2013), a intoxicação medicamentosa impera em indivíduos do sexo feminino, contando com 59,1% de uma amostra com 22 sujeitos. No mesmo estudo, os antidepressivos e os anticonvulsivos foram as classes terapêuticas mais consumidas, constatando-se que que depressão e problemas familiares pode corroborar para o número de casos de intoxicação medicamentosa por automedicação.

De maneira análoga, no estudo de Germano e Alonzo (2015), de 318 casos de intoxicações medicamentosas, a predominância de indivíduos do sexo feminino está na faixa de 61%, especialmente nos casos de exposições terapêuticas e casos de suicídios. Diante do

exposto, os autores defendem a existência de estudos locais sobre a farmacovigilância, bem como a prevenção de suicídios em ações integradas dos serviços de saúde.

Já de acordo com Bernardes, Turini e Matsuo (2010), os tranquilizantes, antidepressivos e anticonvulsivos estão entre os grupos farmacológicos mais voltados nas tentativas de suicídio por medicamentos, responsáveis por grande parte dos casos de intoxicação por medicamentos, especialmente em indivíduos do sexo masculino.

Silva e Álvares (2019) evidenciam que as tentativas de suicídio crescem com o passar dos anos, aumentando assim a quantidade de estudos a despeito do tema, de forma que a necessidade de atenção a esses pacientes, especialmente acerca da atenção destinada aos mesmos, são estratégias voltadas para a diminuição do número de novos casos.

O suicídio, conforme Malaman et al., (2009), figura entre a principal causa de intoxicação medicamentosa, tendo a segunda posição ocupada pela ingestão acidental. O estudo também constatou que a mulher representa o sexo mais atingido em virtude dos casos de intoxicação, além de crianças menores de cinco anos de idade. Assim como outras publicações do gênero, a automedicação é descrita como uma questão que exige cautela e a devida atenção em termos de saúde pública.

Nesse sentido, Castro et al., (2013) aborda o quão problemática pode ser a automedicação, chegando ao ponto de resultar na dependência química, acompanhada de condições álgicas, sofrimento, longo calvário e até mesmo a sentença de morte, sendo um tema carregado de polêmicas por parte de toda a sociedade, uma vez que o indivíduo dependente pode até mesmo apresentar surtos de agressividade.

Betasso-Borges et al., (2010) aponta que a grande variedade de medicamentos existente no Brasil possibilita o desenvolvimento de problemas acerca do uso desses produtos, seja por conta dos indivíduos que fazem o consumo acidental, nas tentativas de suicídio ou mesmo o uso que se configura como dependência química, caso muito relacionado aos benzodiazepínicos.

O uso abusivo de medicamentos é alvo de programas de saúde pública em todo o planeta, destacando-se a classe dos benzodiazepínicos, sendo alvo de análise e discussão em saúde pública, presente em grande escala na imprensa brasileira (CASTRO et al., 2013).

Seja qual for a classe do medicamento, em casos de automedicação, a intoxicação pode resultar em óbito, conforme aponta a literatura. No estudo epidemiológico realizado por Mota et al., (2012), foram apontados 4.403 casos de óbitos de homens, principalmente pela autointoxicação intencional por psicotrópicos, anticonvulsivantes, antiparkinsonianos e sedativos.

Quanto aos riscos da automedicação, são diversos, incluindo sangramentos digestivos, risco de dependência, resistência bacteriana, hipersensibilidade, enfermidades iatrogênicas e nos casos mais graves, o óbito (JESUS; YOSHIDA; FREITAS, 2013).

De acordo com Beckhauser et al., (2010), em crianças, os próprios responsáveis pelas crianças podem empregar a automedicação visando aliviar sintomas diversos, como dor, cefaléia e resfriado, fazendo uso de antigripais, analgésicos e anti-inflamatórios, representando um risco direto para as crianças.

Filho e Júnior (2013) destacam na literatura, o conhecimento limitado acerca da ação farmacológica demonstra que o surgimento de diversas complicações, tais como as reações adversas, superdosagem e intoxicação medicamentosa, apontando a gravidade da automedicação.

Belo, Maio e Gomes (2017) abordam que os profissionais da saúde podem atuar diretamente na educação em saúde, visando proporcionar a incorporação de práticas seguras acerca do uso de medicamentos, isto é, buscando auxílio profissional e assim, tendo uma atuação visando multiplicar as informações a despeito do uso racional de fármacos, sempre salientando o risco da automedicação.

Oliveira et al. (2012) frisa que os fármacos sem prescrição mais consumidos entre os idosos se concentram em, conforme a tabela abaixo, corroborando para os casos de intoxicação medicamentosa entre a população destacada, indicando a importância da assistência farmacêutica.

Nesse sentido, Gonçalves et al., (2017) defende a atuação do farmacêutico na dispensação e correta orientação em prol do uso racional de medicamentos em todos os aspectos da farmacoterapia, beneficiando outros profissionais, tais como médicos e cirurgiões-dentistas enquanto prescritores habilitados no Brasil. Conforme evidenciado, a literatura destaca a relevância da atuação profissional no uso racional de medicamentos.

### 3.2.3 Intoxicação medicamentosa em idosos

No Brasil, o crescimento da população idosa segue uma tendência típica dos países desenvolvidos, acarretando desafios cada vez maiores aos profissionais de saúde. Assim, nota-se uma quantidade acentuada de doenças encontradas com sintomatologias variadas, bem como a existência de doenças crônicas degenerativas, especialmente as que carecem de terapêuticas medicamentosas contínuas ou prolongadas (MUNIZ et al., 2017).

Logo, os idosos apresentam-se como um grande público consumidor de

medicamentos, figurando como o grupo etário que mais faz uso de medicamentos em toda a sociedade diante de suas particularidades. Além disso, são mais suscetíveis aos efeitos danosos dos medicamentos, tais como o uso excessivo e combinado de diferentes fármacos, falhas de administração e modificações fisiológicas no organismo que podem alterar a farmacocinética e farmacodinâmica (HUFFENBAECHER, VARALLO, MASTROIANNI, 2012).

Existem diversos fatores culturais, sociais e psicológicos envolvidos na problemática medicamentosa em idosos, sendo a avaliação inadequada por parte de especialistas responsáveis pelas prescrições medicamentosas. Idosos pluripatológicos podem sofrer os efeitos nocivos do excesso de medicamentos, sendo em maioria desastrosos. O desafio dos profissionais geriatras consiste em solucionar problemas como a insuficiência cerebral, instabilidade, imobilidade, incontinência urinária e iatrogenia medicamentosa (NETO et al., 2012).

Mediante o exposto, a prescrição de medicamentos sem a relação direta entre doença e ação farmacológica é preocupante em diversos aspectos, especialmente do toxicológico, considerando que idosos e crianças, por exemplo, estão entre os grupos etários mais propensos ao desenvolvimento de quadros de intoxicação medicamentosa (BUENO et al., 2012).

Por conseguinte, os medicamentos cardiovasculares, analgésicos, hipoglicemiantes orais, antidepressivos e diversos outros psicotrópicos como antipsicóticos e barbitúricos de ação curta, antiarrítmicos, relaxantes musculares e antibióticos são os que mais resultam em óbitos por intoxicação medicamentosa em idosos. Por sua vez, a intoxicação não intencional em idosos pode ocorrer por descuido, identificação errônea da medicação, armazenamento impróprio e via incorreta de administração (LUTZ, MIRANDA, BERTOLDI, 2017).

### 3.3 COVID-19

Em 2020, em todo o mundo, o novo coronavírus culminou em uma pandemia em decorrência da disseminação global da doença. Coronavírus são RNA vírus que resultam em infecções respiratórias que afetam diferentes animais, englobando mamíferos e aves. Apenas em humanos, são sete tipos de patógenos reconhecidos. De forma ampla, os coronavírus sazonais se relacionam com síndromes gripais. Em 20 anos, dois vírus causaram epidemias virulentas que desencadearam casos de síndrome respiratória aguda grave (SRAG), caso de Hong Kong, na China, pela epidemia de SARS que matou cerca de 10% em 2003, e a

síndrome respiratória do Oriente Médio, na Arábia Saudita, em 2012, com letalidade de 30% (LANA et al., 2020).

Tais doenças fazem parte das doenças consideradas prioritárias no desenvolvimento de pesquisas no âmbito de emergência (LANA et al., 2020). No caso específico da Covid-19, a doença foi detectada na China, em Wuhan, ainda em dezembro de 2019. Conforme o número de casos foi se expandindo mundo agora e o número de óbitos avançando, a Organização Mundial da Saúde (OMS) teve de declarar que o evento representava uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), na data de 30 de janeiro de 2020 (GARCIA, 2020).

Especificamente no Brasil, declarou-se a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), na data de 3 de fevereiro de 2020. Mais de 110 mil casos foram notificados, bem como 4 mil óbitos em todo o mundo, fazendo com que a OMS declarasse a pandemia de Covid-19 na data de 11 de março de 2020 (GARCIA, 2020).

Entre os sintomas do Covid-19, é importante salientar que a doença afeta pessoas diferentes de formas diferentes. Grande parte dos infectados apresentam sintomas leves a moderados da doença, evitando assim a hospitalização. Os sintomas mais comuns são: febre, tosse seca, cansaço, tendo como sintomas mais graves a perda da fala ou movimento, dificuldade de respirar ou falta de ar e pressão no peito ou dor (ISER et al., 2020).

Os sintomas costumam aparecer entre 5 ou 6 dias após a infecção, mas pode levar até 14 dias e em alguns casos, podem estar ausentes, tendo em vista os indivíduos assintomáticos, que, no entanto, podem transmitir o vírus normalmente (ISER et al., 2020).

Indubitavelmente, o novo coronavírus resultou em impactos econômicos globais, variando conforme o grau de sensibilidade e vulnerabilidade macroeconômica das nações e microeconômicas das cadeias de produção e consumo. Os mercados financeiros sofreram com a queda de ativos e os consecutivos impactos negativos na produção e no consumo foram sentidas em uma escala global (SENHORAS, 2020).

Assim, as medidas de restrição surgiram como uma pauta de grande relevância no enfrentamento da Covid-19, dividindo a opinião da sociedade, governantes e profissionais da saúde e de setores interligados com a economia. Em virtude do Covid-19, as medidas de restrição foram sendo implementadas visando conter o avanço do novo coronavírus, classificadas como intervenções não farmacológicas, com o objetivo de coibir a transmissão entre os humanos, desacelerando o crescimento do número de novos casos, adiando o pico de ocorrência, bem como reduzindo a mortalidade e a morbidade causada pelo vírus (AQUINO et al., 2020).

As intervenções não farmacológicas levam em conta que, na falta de medicamentos ou vacinas no tratamento de determinado surto, epidemia ou pandemia que possa colocar a vida de pessoas em risco, algo deve ser feito visando prevenir agravos (AQUINO et al., 2020).

A seguir, as medidas estão listadas de forma resumida, tendo em vista sua importância no enfrentamento brasileiro dos casos de Covid-19.

O *lockdown* consiste em um protocolo emergencial, que adota o bloqueio total. Tal bloqueio serve para limitar o deslocamento interno de pessoas, coibindo o contato entre os indivíduos, atenuando a transmissão do Covid-19. Apenas alguns serviços podem funcionar em pleno lockdown, sendo considerados como essenciais. Em casos de não cumprimento, pode ocorrer a prisão ou a aplicação de multas (ALVES, RAMOS, DELDUQUE, 2020).

Por sua vez, o isolamento se refere ao caso do indivíduo que testou positivo para o Covid-19, no entanto, não apresentou qualquer sintoma e conseqüentemente, não precisou de internação hospitalar. Tais indivíduos devem realizar o isolamento pela possibilidade de transmitir o vírus para outras pessoas (ALVES, RAMOS, DELDUQUE, 2020).

A quarentena consiste no isolamento de indivíduos saudáveis pelo tempo máximo de incubação do novo coronavírus. Para estimar o tempo, é contado o período situado entre a data de último contato com uma pessoa doente ou mesmo a data em que o indivíduo teve contato com uma região considerada de alto risco de infecção (LIMA et al., 2020).

O distanciamento é adotado para reduzir a possibilidade de transmissão, no entanto, são medidas aplicáveis para aqueles que não tiveram qualquer tipo de contato com indivíduos doentes, não viajaram para regiões consideradas de risco e tampouco testaram positivo para o Covid-19. O importante seria não realizar eventos com possibilidades de aglomerações, bem como o fechamento de comércios, escolas, templos religiosos, academias, entre outros (DIAS JR, 2020).

No cenário da pandemia de Covid-19, o isolamento social vertical e o isolamento horizontal são duas estratégias que podem ser adotadas. No caso do Brasil, as autoridades de saúde optaram pelo modelo horizontal, embora houvesse uma ampla defesa do isolamento vertical por parte de determinados governantes (DIAS JR, 2020).

No isolamento vertical, apenas alguns grupos permanecem isolados, por serem considerados como "grupos de riscos", como portadores de doenças crônicas. Indivíduos jovens e saudáveis seriam, portanto, dispensados do isolamento (DIAS JR, 2020).

Por sua vez, no isolamento horizontal, todos devem permanecer em casa, restringindo assim o maior número de pessoas, evitando que a doença possa se propagar de forma indiscriminada. Apesar das desvantagens apontadas na economia, é considerado mais

seguro do que o isolamento vertical, que não apresenta uma viabilidade comprovada diante de uma doença ainda desconhecida acerca de suas possíveis consequências a longo prazo (FERRARI, 2020).

Indubitavelmente, o distanciamento social horizontal representa um verdadeiro desafio, tendo em vista a necessidade de seu cumprimento por parte da população em massa, que deve obedecer às restrições impostas, limitando as atividades sociais e dessa forma, mantendo-se em casa sempre que for possível (EUBANK et al., 2020).

Dessa forma, a população deve ter muita disciplina e conscientização acerca da gravidade proporcionada por uma pandemia, que na ausência de tais medidas, é possível observar um potencial substancial de agravamento do número de casos notificados e as consequências dos mesmos em indivíduos de todas as idades (LIMA et al., 2020).

Nos centros urbanos, é possível perceber que em razão da consciência da população em obedecer aos decretos de distanciamento social horizontal estabelecidos, isto é, no distanciamento social horizontal mais rígido, os números de casos da doença e de óbitos são consideravelmente menores do que nas cidades nas quais o distanciamento social horizontal é mais flexível (CAMPOS, 2020).

Sob esse viés, o distanciamento social horizontal atenua consideravelmente o número de pacientes internados em leitos de enfermarias e Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), tendo em vista que a saúde pública não consegue comportar uma demanda elevada de pacientes internados, visto que existe a falta de insumos suficientes e equipamentos de proteção individual (EPIs) no cenário da pandemia, assim como uma escassez de profissionais da saúde para suprir uma demanda de indivíduos, conforme exemplificado no cenário da pandemia do novo coronavírus (COELHO et al., 2020).

Em termos de vantagens e benefícios do distanciamento social, aponta-se a redução da curva de contaminação de uma determinada doença, tal como no caso do novo coronavírus, bem como a atenuação do número de leitos de UTIs e enfermarias ocupados, reduzindo ainda o número de mortes, que diminuem consideravelmente por intermédio da implementação do isolamento (GOMES, MONTEIRO, ROCHA, 2020).

Como efeito do isolamento, aponta-se também a diminuição da superlotação em unidades hospitalares, que não comportam um contingente populacional elevado, culminando em um tempo de espera que pode ser decisivo para um indivíduo que se encontra em um estado crítico, especialmente aqueles que são mais vulneráveis ao desenvolvimento de agravos, como hipertensos, diabéticos, problemas cardíacos e respiratórios, principalmente na população idosa (MOREIRA, 2020).

Acerca dos pontos negativos da implementação do distanciamento social, sem dúvidas, consistem nas possibilidades de desencadear uma crise na conjuntura econômica, exemplificados na redução das exportações, aumentos dos preços das mercadorias, queda na arrecadação de impostos, acentuando problemáticas em torno do desemprego, bem como da informalidade, que é consideravelmente alta por todo o país (JUNIOR, SANTA RITA, 2020).

Em decorrência de problemáticas históricas, desde o período escravocrata vivenciado pelos brasileiros, persistem lacunas na sociedade em torno do acesso aos serviços e recursos para que seja possível viver de forma digna. Nos grandes e pequenos centros urbanos, as favelas, como popularmente são conhecidas as habitações construídas em zonas periféricas, a falta de saneamento básico representa uma importante questão de saúde pública. Ante aos agravos provocados por uma pandemia, é possível evidenciar que tal população sofre também com a falta de conhecimento, principalmente pela baixa escolaridade, acerca da importância da prevenção, cabendo aos órgãos responsáveis a maior atenção para o público-alvo destacado (MACEDO, ORNELLAS, BOMFIM, 2020).

A população de baixa renda é a mais desfavorecida em decorrência dos efeitos da pandemia, sendo mais sujeitas ao descumprimento de medidas de prevenção por questões relativas ao sustento familiar. No Brasil, o desenvolvimento de uma medida assistencial para os trabalhadores informais e a população economicamente desfavorável, denominada de Auxílio Emergencial, foi apresentada e lançada pelo Governo Federal do Brasil, sendo responsável por injetar bilhões de reais na economia, possibilitando ainda que, além da movimentação econômica em um cenário de pandemia, que medidas de isolamento social pudessem de fato ser validadas (AMORIM, RIBEIRO JUNIOR, BANDONI, 2020).

Assim, a necessidade quanto ao cumprimento de decretos impostos por órgãos governamentais, para que de fato sejam uma realidade para a população como um todo, dependem diretamente da atuação conjunta entre sociedade, comerciantes e autoridades governamentais. O isolamento social horizontal é apontado como a melhor maneira de prevenir um colapso no sistema público de saúde, ultrapassando os prejuízos econômicos, considerando que a economia não deve ser priorizada ao ponto de que seja mais importante do que as medidas tomadas pela preservação da vida (BARRETO et al., 2020).

Conforme as observações de estudiosos, o distanciamento social horizontal possibilita que ocorra uma diminuição e uma consequente queda na taxa de ocupação de leitos de UTIs, evidenciando que a retomada das atividades deve ser realizada gradativamente, isto é, de forma que a população não retorne as atividades por completo, tendo em vista os riscos envolvidos em torno da disseminação de novos casos de uma determinada doença

(REZENDE, MARCELINO, MIYAJI, 2020).

Nesse sentido, acerca das atividades típicas do cotidiano, especialmente as que envolvem o comércio e serviços, as autoridades responsáveis pelo monitoramento das diferentes regiões devem programar, de forma gradual, a retomada das atividades, prezando pelas medidas de higienização das mãos, uso de máscaras, distanciamento mínimo e sempre que possível, evitar qualquer tipo de aglomeração.

Outrossim, em decorrência da elevada transmissibilidade, faz-se necessário que tal fator esteja abaixo de 70% por um período que leve em conta o tempo necessário para prevenir de fato o surgimento de novos casos, conforme exemplificado nos exemplos de determinadas nações do continente europeu, como a Itália, que de epicentro global, serviu como um exemplo de enfrentamento de uma pandemia, configurando-se como um modelo de sucesso para o restante do mundo, bem como no caso da Espanha, que também enfrentou sérias consequências como efeito do Covid-19 (SOUTO, 2020).

Logo, preconiza-se que o planejamento seja de fato eficaz e condizente com a realidade local, visando impedir a disseminação de novos casos e os agravos sejam uma realidade que poderia ter sido evitada diante da implementação do distanciamento social horizontal.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante aos resultados apresentados, os analgésicos representaram a classe terapêutica mais utilizada, sendo mais consumida por indivíduos do sexo feminino na faixa etária formada por idosos.

Cabe salientar que o Brasil é um dos países com grandes problemas em relação ao fator educação, enquanto as transformações tecnológicas, responsáveis pela maior disseminação de informações, sem dúvidas, pode ser uma realidade pouco presente para a maior parte da população idosa do país, justificando em parte os hábitos de automedicação, conforme explanação anterior, uma vez que o acesso aos conteúdos informativos e/ou educação em saúde ainda é cerceado por limitações.

Além disso, muitos idosos apresentam certa resistência acerca de informações fornecidas pelos profissionais de saúde, esbarrando em dificuldades como a construção de hábitos ao longo de décadas, no entendimento de que determinados medicamentos podem ser utilizados sem tanta “cautela”, na crença popular de que determinados produtos podem ser inofensivos, tudo com ênfase no saber popular.

Com base nas informações destacadas ao longo do artigo, o consumo irracional de medicamentos transformou-se em uma questão de saúde pública no Brasil, devendo haver maior participação dos agentes que corroboram para a efetivação de fato da farmacovigilância, visando a incorporação da maior fiscalização e atividades de promoção da saúde.

Ademais, a mobilização contra os efeitos nocivos do consumo inadvertido de medicamentos deve ser uma pauta de preocupação por parte de toda a sociedade e de órgãos governamentais, como o Ministério da Saúde, promovendo meios viáveis de combate ao uso indiscriminado de medicamentos, atenuando o número de casos envolvendo a intoxicação medicamentosa em decorrência da automedicação.

Com a pandemia de Covid-19, iniciaram-se diferentes transformações na sociedade, modificando, sobretudo, hábitos e comportamentos, por vezes danosos aos seres humanos. Urge salientar que a problemática da automedicação persiste em todo o contexto global, sendo possível agravar o número de complicações como a intoxicação medicamentosa, em um cenário pautado pelo medo acentuado da doença. Portanto, foi possível evidenciar a correlação direta entre o aumento do número de casos de automedicação, implicando em novos casos de intoxicação medicamentosa na pandemia de Covid-19 tanto de forma acidental, seja por uso de doses inadequadas, seja pelo uso intencional como tentativa de

suicídio com uso de medicamentos, nesse contexto os psicotrópicos foram os principais responsáveis por tal, devendo assim enfatizar a necessidade de fiscalização da dispersão e armazenamento de tais substâncias.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Sandra Mara Campos; RAMOS, Edith Maria Barbosa; DELDUQUE, Maria Célia. Decretação de lockdown pela via judicial: medida (des) necessária?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00116020, 2020.

AMORIM, Ana Laura Benevenuto de; RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa; BANDONI, Daniel Henrique. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 1134-1145, 2020.

AQUINO, Daniela Silva de; BARROS, José Augusto Cabral de; SILVA, Maria Dolores Paes da. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 2533-2538, 2010.

AQUINO, Estela ML et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. suppl 1, p. 2423-2446, 2020.

BARRETO, Mauricio Lima et al. O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020.

BELO, Nídia; MAIO, Patrícia; GOMES, Susana. Automedicação em idade pediátrica. **NASCE E CRESCER-BIRTH AND GROWTH MEDICAL JOURNAL**, v. 26, n. 4, p. 234-239, 2017.

BUENO, Cristiane Schmalz et al. Perfil de uso de medicamentos por idosos assistidos pelo Programa de Atenção ao Idoso (PAI) da UNIJUÍ. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 15, n. 1, p. 51-61, 2012.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trab. educ. saúde**, p. e00279111-e00279111, 2020.

CELLA, Elisandra; ALMEIDA, Rodrigo Batista de. Automedicação: enfoque pediátrico. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**, v. 5, n. 1, p. 72-86, 2012.

CIOTTI, Marco et al. The COVID-19 pandemic. **Critical reviews in clinical laboratory sciences**, v. 57, n. 6, p. 365-388, 2020.

COELHO, Akeni Lobo et al. A utilização de tecnologias da informação em saúde para o enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Brasil. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 9, n. 3, p. 183-199, 2020.

DE MATOS, Rafael Christian. Fake news frente a pandemia de COVID-19. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, v. 8, n. 3, p. 78-85, 2020.

DE REZENDE, Adriano Alves; MARCELINO, José Antônio; MIYAJI, Mauren. A reinvenção das vendas: as estratégias das empresas brasileiras para gerar receitas na

pandemiade covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 6, p. 53-69, 2020.

EUBANK, Stephan et al. Commentary on Ferguson, et al., “Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand”. **Bulletin of mathematical biology**, v. 82, n. 4, p. 1-7, 2020.

FERRARI, Filipe. COVID-19: dados atualizados e sua relação com o sistema cardiovascular. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 114, p. 823-826, 2020.

GARCIA, Leila Posenato. Uso de máscara facial para limitar a transmissão da COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. e2020023, 2020.

GERMANO, Lucas Coraça; ALONZO, Herling Gregório Aguiar. Intoxicações e reações adversas a medicamentos: perfil local de subnotificação aos sistemas de informação em saúde. **Revista Eletrônica de Farmácia**, v. 12, n. 4, 2015.

GOMES, Sebastião Cícero Pinheiro; MONTEIRO, Igor Oliveira; ROCHA, Carlos Rodrigues. Identificação de parâmetros na modelagem dinâmica da COVID-19. **Revista Thema**, v. 18, p.26-53, 2020.

GONÇALVES, Claudiana Aguiar et al. Intoxicação medicamentosa. **G**, v. 8, n. 1, p. 135-143, 2017.

HUFFENBAECKER, Patricia; VARALLO, Fabiana Rossi; MASTROIANNI, Patricia de Carvalho. Medicamentos inadequados para idosos na estratégia da saúde da família. **Revista Ciência em Extensão**, p. 56-67, 2012.

ISER, Betine Pinto Moehlecke et al. Definição de caso suspeito da COVID-19: uma revisão narrativa dos sinais e sintomas mais frequentes entre os casos confirmados. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. e2020233, 2020.

JUNIOR, Reynaldo Rubem Ferreira; SANTA RITA, Luciana Peixoto. Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas. **Cadernos de prospecção**, v. 13, n. 2 COVID-19, p. 459-459, 2020.

LANA, Raquel Martins et al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00019620, 2020.

LIMA, Rossano Cabral. Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, 2020.

MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; DO BOMFIM, Helder Freitas. COVID-19 NO BRASIL: o que se espera para população subalternizada?. **Revista Encantar**, v. 2, p. 01-10, 2020.

MOREIRA, Cícero da Silva et al. Análise retrospectiva das intoxicações admitidas no hospital universitário da UFJF no período 2000-2004. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 879-888, 2010.

MOREIRA, Rafael da Silveira et al. COVID-19: unidades de terapia intensiva, ventiladores mecânicos e perfis latentes de mortalidade associados à letalidade no Brasil. **Cad. Saúde Pública (Online)**, p. e00080020-e00080020, 2020.

MOREL, Ana Paula Massadar. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021.

MUNIZ, Elaine Cristina Salzedas et al. Análise do uso de medicamentos por idosos usuários de plano de saúde suplementar. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 20, n. 3, p. 375-387, 2017.

OLIVEIRA, Marcelo Antunes de et al. Automedicação em idosos residentes em Campinas, São Paulo, Brasil: prevalência e fatores associados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, p. 335-345, 2012.

ROCHEL DE CAMARGO JR, Kenneth. Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacina na Internet. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00037620, 2020.

SANTOS, P. N. M.; FREITAS, R. F.; EDUARDO, A. M. L. N. Automedicação infantil: conhecimento e motivação dos pais. **Rev Multitexto**, v. 3, n. 1, p. 65-72, 2015.

SENHORAS, Elói Martins. COVID-19 e os padrões das relações nacionais e internacionais. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 3, n. 7, p. 105-110, 2020.

SOUTO, Cirlene Erdman et al. Intoxicações medicamentosas em Araucária-PR. **Revista UNIANDRADE**, v. 13, n. 3, p. 210-220, 2013.

SOUTO, Xênia Macedo. COVID-19: aspectos gerais e implicações globais. **Recital-Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 2, n. 1, p. 12-36, 2020.

VASCONCELLOS-SILVA, Paulo R.; CASTIEL, Luis David. COVID-19, as fake news e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. 1-12, 2020.

VELAVAN, Thirumalaisamy P.; MEYER, Christian G. The COVID-19 epidemic. **Tropical medicine & international health**, v. 25, n. 3, p. 278-280, 2020.

VIANA NETO, Aloísio Martins et al. Aspectos epidemiológicos da intoxicação por medicamentos em crianças e adolescentes atendidos no centro de assistência toxicológica do Estado do Ceará. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 33, n. 3, p. 388-401, 2009.